

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

(Lei 14.133/2021)

Serviço em geral, aquisição e fornecimento de bens

Processo CPA nº 2025/00131472

**1. OBJETO**

Prestação de serviços de limpeza e desinfecção de caixas d'água e reservatórios em diversos prédios que compõem a 1ª Região Administrativa Judiciária – Grande São Paulo (1ª RAJ) do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

**2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO** (Inc. I, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

A presente contratação tem por objetivo garantir a execução de serviços especializados de limpeza e desinfecção de caixas d'água e reservatórios nos prédios das Comarcas que compõem a 1ª Região Administrativa Judiciária, visando assegurar a qualidade da água destinada ao consumo humano e o atendimento às normas sanitárias e de saúde pública vigentes.

A realização periódica desses serviços é necessária para prevenir a contaminação microbiológica e química da água, evitando riscos à saúde dos servidores, colaboradores e demais usuários das instalações. A água armazenada em reservatórios, quando não submetida à limpeza e desinfecção regulares, pode acumular sedimentos, matéria orgânica e microrganismos patogênicos, comprometendo sua potabilidade e a integridade das redes hidráulicas.

Dessa forma, a contratação é indispensável para garantir a continuidade do fornecimento de água em condições adequadas de uso, manter a conformidade legal e sanitária dos prédios do Tribunal de Justiça de São Paulo, e preservar a saúde pública e o patrimônio físico das instalações.

A presente contratação dará continuidade ao serviço atualmente prestado por meio do Contrato 000.063/2021/CT, firmado com a empresa AMB TEC IMUNIZAÇÃO LTDA, cuja vigência encerrará em 30/05/2026, sem possibilidade de nova prorrogação, visto que atingirá o limite de vigência previsto na Lei nº 8.666/1993.

### 3. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (Inc. II, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

A contratação está prevista no Plano de Contratação Anual – PCA 2026, sob código 785.

### 4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (Parágrafo único, art. 11, Lei 14.133/21)

Não se aplica.

### 5. CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO (§ 5º, art. 12, Provimento CSM nº 2.724/2023)

O Tribunal de Justiça não disponibilizou Catálogo Eletrônico de Padronização no Portal da Administração para o referido objeto.

### 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Inc. III, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Para fins de comprovação da capacidade técnica, a empresa deverá demonstrar aptidão para o desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da contratação. Para tal comprovação é necessário apresentar atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços com características compatíveis com as exigidas no Termo de Referência – ANEXO I, em um quantitativo mínimo de 50% ao desta contratação. Para a referida comprovação será aceito o somatório de atestados, desde que se refiram a serviços prestados concomitantemente, pelo período de 24 meses.

A empresa deverá utilizar produtos saneantes regularizados pela Anvisa, com registro válido, especialmente no caso do desinfetante à base de hipoclorito de sódio, observando as concentrações e tempos de contato recomendados pelas normas sanitárias.

A empresa deverá empregar equipamentos, ferramentas e materiais adequados e em bom estado de conservação, de forma a assegurar a eficiência do serviço e a integridade dos reservatórios.

Deverão ser adotados procedimentos de segurança do trabalho, com o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

## 7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO (inc. III, art. 18, Lei 14.133/21)

O recebimento do objeto contratado se dará semestralmente pela fiscalização de cada Unidade atendida pelo contrato.

O prazo para recebimento provisório do objeto se dará até o primeiro dia útil subsequente à conclusão da prestação do serviço, mediante preenchimento do Relatório de Medição e Avaliação da Qualidade dos Serviços, o qual poderá acarretar no redimensionamento dos valores a serem pagos à empresa.

O recebimento definitivo, isto é, o ateste do documento fiscal no Sistema de Gestão Financeira – SGF, se dará até o segundo dia útil após o recebimento da nota fiscal e do Relatório de Medição e Avaliação da Qualidade dos Serviços devidamente assinado pela empresa.

**Quadro 1 – Locais de Prestação do Serviço**

Unidades Administrativas	Endereços
Arujá	Rua Albino Rodrigues Neves, 575
	Rua Albino Rodrigues Neves, 585
	Rua Albino Rodrigues Neves, 595
	Rua Albino Rodrigues Neves, 610
	Rua Albino Rodrigues Neves, 620
	Rua Albino Rodrigues Neves, 630
Barueri	Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84
Carapicuíba	Av. Des. Dr. Eduardo Cunha de Abreu, 215
Cotia	Rua Topázio, 585
Diadema	Av. Sete de Setembro, 399
	Av. Sete de Setembro, 409/413
	Av. Sete de Setembro, 440/442
Embu das Artes	Av. Vereador Jorge de Souza, 855
Embu-Guaçu	Rua Boa Vista, 10
Ferraz de Vasconcelos	Av. Santos Dumont, 1535
Guararema	Rua Expedicionário Brasília Pinto de Almeida, 42
Guarulhos	Rua José Maurício, 103
	Rua dos Crisântemos, 29
Itapequerica da Serra	Rua Major Matheus Rotger Domingues, 155
Itapevi	Rua Vereador Dr. Cid Manoel de Oliveira, 405
Itaquaquecetuba	Estrada de Santa Isabel, 1170/1194
Mairiporã	Rua Dr. José Adriano Marrey Jr., 780
Mauá	Av. João Ramalho, 111
Mogi das Cruzes	Av. Cândido Xavier de Almeida e Souza, 159
	Av. Valentina Mello Freire Borenstein, 331
	Av. Capitão Manoel Rudge, 474

Osasco	Av. das Flores, 703 - Principal
	Av. das Flores, 703 - Anexo I
	Av. das Flores, 703 - Vara da Infância
	Av. das Flores, 703 - 4ª Vara Criminal
	Av. dos Autonomistas, 3.107
	Rua Paulo Lício Rizzo, 96
	Rua da Estação, 175
Poá	Av. Nove de Julho, 478
	Alameda Pedro Calil, 71/79
Ribeirão Pires	Av. Prefeito Valdirio Prisco, 150
	Rua Kaethe Richers, 542
Rio Grande da Serra	Av. dos Autonomistas, 690
Santa Isabel	Praça da Bandeira, s/nº
	Av. Manoel Ferraz de Campos Sales, 175
Santana de Parnaíba	Rua Professor Eugênio Teani, 215
Santo André	Praça IV Centenário, 03
São Bernardo do Campo	Rua 23 de Maio, 107
São Caetano do Sul	Praça Dr. Joviano Pacheco de Aguirre s/nº
Suzano	Av. Paulo Portela, s/nº
Taboão da Serra	Rua Mario Latorre, 96
Vargem Grande Paulista	Av. Miranda, 25

## 8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO (inc III, art. 18, Lei 14.133/21)

A execução do objeto se dará a partir da Ordem de Início do Serviço a ser emitida pela Gestão, após assinatura do contrato.

Os serviços deverão ser realizados **semestralmente**, preferencialmente nos meses de janeiro e julho de cada ano, devido ao menor fluxo de pessoas nos prédios, ou em finais de semana, conforme horário a ser definido pela respectiva Administração Predial, de acordo com a necessidade de cada prédio.

O recesso forense ocorre no período entre 20 de dezembro a 06 de janeiro (Provimento nº 1.948/2012 – Conselho Superior da Magistratura), época em que não há expediente nos prédios do Tribunal de Justiça, ficando suspensa a prestação dos serviços, exceto se houver prévia solicitação da respectiva Administração Predial.

A fiscalização encaminhará para a empresa, até o primeiro dia útil subsequente ao da prestação do serviço, o Relatório de Medição e Avaliação da Qualidade dos Serviços e autorizará a emissão da nota fiscal.

A empresa deverá apresentar um Documento Fiscal para cada Unidade onde o serviço foi executado, considerando o valor enviado pela respectiva

Fiscalização, acompanhado do Relatório de Medição e Avaliação da Qualidade dos Serviços, devidamente assinado.

O valor a ser faturado compreende aquele indicado na Planilha de Formação de Preços, descontadas as importâncias relativas à pontuação final obtida na avaliação dos serviços.

O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias contados a partir da data do ateste da nota fiscal pela Fiscalização de cada prédio.

#### **9. GARANTIAS EXIGIDAS E OFERTADAS (inc. III, art. 18, Lei 14.133/21)**

Os serviços terão a garantia de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de apresentação do Certificado de Limpeza e Desinfecção das caixas d'água e/ou reservatórios junto à Administração de cada prédio, estendendo-se, inclusive, após o término da vigência contratual.

Caso o Laudo da análise de potabilidade da água, emitido por laboratório, aponte irregularidade na qualidade da água, o serviço de limpeza deverá ser refeito pela CONTRATADA e nova análise de potabilidade de água deverá ser realizada às suas expensas.

#### **10. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO e MODO DE DISPUTA (inc. VIII, art. 18, Lei 14.133/21)**

Considerando que o objeto do presente estudo possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, a modalidade de licitação será o Pregão, na forma eletrônica, o critério de julgamento será o de menor preço e o modo de disputa será aberto.

#### **11. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (Inc. IV, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)**

A presente contratação atenderá a 47 prédios localizados em 28 Comarcas, contemplando o quantitativo total de caixas d'água e reservatórios apresentados no Quadro 2.

O detalhamento das respectivas quantidades e capacidades por prédio encontra-se relacionado no Anexo I-B, bem como no “Quadro 3 – Preço Estimado para a Contratação” do Item 13 deste Estudo Técnico Preliminar.

**Quadro 2 – Quantitativo de caixas d'água e de reservatórios**

QUANTITATIVO	
TIPO	QUANTIDADE
Caixas d'água	102
Reservatórios	28
<b>TOTAL</b>	<b>130</b>

**12. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA** (Inc. V, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Considerando a natureza do objeto — **serviços de limpeza e desinfecção de caixas d'água e reservatórios** —, verificou-se que não há soluções tecnológicas alternativas ou métodos substitutivos que atendam às exigências legais e sanitárias previstas na Portaria GM/MS nº 888/2021 e na ABNT NBR 5626:2020.

A única solução tecnicamente viável é a execução direta dos serviços de limpeza e desinfecção por empresa especializada, utilizando produtos saneantes regularizados pela Anvisa, sob responsabilidade de profissional habilitado.

Ainda que o procedimento seja padronizado, há ampla oferta no mercado de empresas qualificadas para sua execução, com preços compatíveis e metodologia consolidada.

Do ponto de vista técnico e econômico, conclui-se que a solução proposta é a única possível e adequada, além de economicamente justificável, por assegurar a potabilidade da água, preservar a saúde dos usuários e evitar custos decorrentes de contaminações ou danos aos reservatórios.

**13. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO** (Inc. VI, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Para o cálculo do valor estimado da contratação foram considerados os custos atualmente praticados no contrato vigente, totalizando o valor semestral de R\$ 23.200,00 e de R\$ 116.000,00 para 30 (trinta) meses de vigência propostos, conforme apresentado no quadro 3:

**Quadro 3 – Preço Estimado para a Contratação**

ARUJÁ				
Tipo	Qtde.	Capacidade (em litros)	Valor unitário	Valor total
Caixa d'água	1	500	R\$ 58,93	R\$ 58,93
Caixa d'água	2	2.000	R\$ 58,93	R\$ 117,86

Caixa d'água	1	500	R\$ 58,93	R\$ 58,93
Caixa d'água	1	500	R\$ 58,93	R\$ 58,93
Caixa d'água	1	500	R\$ 58,93	R\$ 58,93
Caixa d'água	1	500	R\$ 58,93	R\$ 58,93
<b>TOTAL COMARCA</b>				<b>R\$ 412,51</b>

<b>BARUERI</b>				
Tipo	Qtde.	Capacidade (em litros)	Valor unitário	Valor Total
Reservatório	1	32.000	R\$ 377,11	R\$ 377,11
Reservatório	1	65.920	R\$ 377,11	R\$ 377,11
Reservatório	1	83.250	R\$ 377,11	R\$ 377,11
<b>TOTAL COMARCA</b>				<b>R\$ 1.131,33</b>

<b>CARAPICUÍBA</b>				
Tipo	Qtde.	Capacidade (em litros)	Valor unitário	Valor Total
Reservatório	1	22.000	R\$ 282,83	R\$ 282,83
Reservatório	1	6.000	R\$ 200,34	R\$ 200,34
<b>TOTAL COMARCA</b>				<b>R\$ 483,17</b>

<b>COTIA</b>				
Tipo	Qtde.	Capacidade (em litros)	Valor unitário	Valor Total
Caixa d'água	2	500	R\$ 58,93	R\$ 117,86
Caixa d'água	2	3.000	R\$ 106,06	R\$ 212,12
Reservatório	1	20.000	R\$ 282,83	R\$ 282,83
<b>TOTAL COMARCA</b>				<b>R\$ 612,81</b>

<b>DIADEMA</b>				
Tipo	Qtde.	Capacidade (em litros)	Valor unitário	Valor Total
Caixa d'água	2	5.000	R\$ 106,06	R\$ 212,12
Caixa d'água	1	15.000	R\$ 282,83	R\$ 282,83
Caixa d'água	5	1.000	R\$ 58,93	R\$ 294,65
<b>TOTAL COMARCA</b>				<b>R\$ 789,60</b>

<b>EMBU DAS ARTES</b>				
Tipo	Qtde.	Capacidade (em litros)	Valor unitário	Valor Total
Caixa d'água	3	9.000	R\$ 200,34	R\$ 601,02
Reservatório	2	7.000	R\$ 200,34	R\$ 400,68



<b>TOTAL COMARCA</b>	<b>R\$ 1.001,70</b>
----------------------	---------------------

EMBU-GUAÇU				
Tipo	Qtde.	Capacidade (em litros)	Valor unitário	Valor Total
Caixa d'água	1	7.500	R\$ 200,34	R\$ 200,34
Caixa d'água	2	1.000	R\$ 58,93	R\$ 117,86
<b>TOTAL COMARCA</b>			<b>R\$</b>	<b>318,20</b>

FERRAZ DE VASCONCELOS				
Tipo	Qtde.	Capacidade (em litros)	Valor unitário	Valor Total
Caixa d'água	2	1.000	R\$ 58,93	R\$ 117,86
Reservatório	2	6.500	R\$ 200,34	R\$ 400,68
<b>TOTAL COMARCA</b>			<b>R\$</b>	<b>518,54</b>

GUARAREMA				
Tipo	Qtde.	Capacidade (em litros)	Valor unitário	Valor Total
Caixa d'água	1	1.000	R\$ 58,93	R\$ 58,93
<b>TOTAL COMARCA</b>			<b>R\$</b>	<b>58,93</b>

GUARULHOS				
Tipo	Qtde.	Capacidade (em litros)	Valor unitário	Valor Total
Caixa d'água	2	16.000	R\$ 282,83	R\$ 565,66
Reservatório	1	9.000	R\$ 200,34	R\$ 200,34
Caixa d'água	1	115.820	R\$ 989,90	R\$ 989,90
Caixa d'água	1	94.090	R\$ 506,74	R\$ 506,74
Reservatório	2	15.000	R\$ 282,83	R\$ 565,66
<b>TOTAL COMARCA</b>			<b>R\$</b>	<b>2.828,30</b>

ITAPECERICA DA SERRA				
Tipo	Qtde.	Capacidade (em litros)	Valor unitário	Valor Total
Caixa d'água	1	30.000	R\$ 377,11	R\$ 377,11
<b>TOTAL COMARCA</b>			<b>R\$</b>	<b>377,11</b>

ITAPEVI				
Tipo	Qtde.	Capacidade (em litros)	Valor unitário	Valor Total



Caixa d'água	2	7.500	R\$ 200,34	R\$ 400,68
Reservatório	2	15.000	R\$ 282,83	R\$ 565,66
<b>TOTAL COMARCA</b>				<b>R\$ 966,34</b>

ITAQUAQUECETUBA				
Tipo	Qtde.	Capacidade (em litros)	Valor unitário	Valor Total
Caixa d'água	12	1.000	R\$ 58,93	R\$ 707,16
Reservatório	1	21.000	R\$ 282,83	R\$ 282,83
<b>TOTAL COMARCA</b>				<b>R\$ 989,99</b>

MAIRIPORÃ				
Tipo	Qtde.	Capacidade (em litros)	Valor unitário	Valor Total
Caixa d'água	1	25.000	R\$ 377,11	R\$ 377,11
<b>TOTAL COMARCA</b>				<b>R\$ 377,11</b>

MAUÁ				
Tipo	Qtde.	Capacidade (em litros)	Valor unitário	Valor Total
Caixa d'água	1	20.000	R\$ 282,83	R\$ 282,83
<b>TOTAL COMARCA</b>				<b>R\$ 282,83</b>

MOGI DAS CRUZES				
Tipo	Qtde.	Capacidade (em litros)	Valor unitário	Valor Total
Caixa d'água	1	10.000	R\$ 200,34	R\$ 200,34
Caixa d'água	1	12.000	R\$ 282,83	R\$ 282,83
Reservatório	1	10.000	R\$ 200,34	R\$ 200,34
Caixa d'água	2	10.000	R\$ 200,34	R\$ 400,68
Reservatório	3	15.000	R\$ 282,83	R\$ 848,49
Caixa d'água	2	1.000	R\$ 58,93	R\$ 117,86
Caixa d'água	1	250	R\$ 58,93	R\$ 58,93
<b>TOTAL COMARCA</b>				<b>R\$ 2.109,47</b>

OSASCO				
Tipo	Qtde.	Capacidade (em litros)	Valor unitário	Valor Total
Caixa d'água	2	30.000	R\$ 377,11	R\$ 754,22
Reservatório	1	20.000	R\$ 282,83	R\$ 282,83
Caixa d'água	2	1.000	R\$ 58,93	R\$ 117,86
Caixa d'água	1	1.000	R\$ 58,93	R\$ 58,93

Caixa d'água	1	500	R\$ 58,93	R\$ 58,93
Caixa d'água	1	500	R\$ 58,93	R\$ 58,93
Caixa d'água	2	10.000	R\$ 200,34	R\$ 400,68
Caixa d'água	1	5.000	R\$ 106,06	R\$ 106,06
Reservatório	1	10.000	R\$ 200,34	R\$ 200,34
<b>TOTAL COMARCA</b>				<b>R\$ 2.038,78</b>

POÁ				
Tipo	Qtde.	Capacidade (em litros)	Valor unitário	Valor Total
Caixa d'água	1	30.000	R\$ 377,11	R\$ 377,11
Caixa d'água	1	1.500	R\$ 58,93	R\$ 58,93
Caixa d'água	2	1.000	R\$ 58,93	R\$ 117,86
<b>TOTAL COMARCA</b>				<b>R\$ 553,90</b>

RIBEIRÃO PIRES				
Tipo	Qtde.	Capacidade (em litros)	Valor unitário	Valor Total
Caixa d'água	1	25.000	R\$ 377,11	R\$ 377,11
Caixa d'água	1	1.500	R\$ 58,93	R\$ 58,93
<b>TOTAL COMARCA</b>				<b>R\$ 436,04</b>

RIO GRANDE DA SERRA				
Tipo	Qtde.	Capacidade (em litros)	Valor unitário	Valor Total
Caixa d'água	2	1.000	R\$ 58,93	R\$ 117,86
<b>TOTAL COMARCA</b>				<b>R\$ 117,86</b>

SANTA ISABEL				
Tipo	Qtde.	Capacidade (em litros)	Valor unitário	Valor Total
Reservatório	1	6.500	R\$ 200,34	R\$ 200,34
Caixa d'água	2	2.000	R\$ 58,93	R\$ 117,86
<b>TOTAL COMARCA</b>				<b>R\$ 318,20</b>

SANTANA DE PARNAÍBA				
Tipo	Qtde.	Capacidade (em litros)	Valor unitário	Valor Total
Caixa d'água	6	1.000	R\$ 58,93	R\$ 353,58
<b>TOTAL COMARCA</b>				<b>R\$ 353,58</b>

SANTO ANDRÉ				
Tipo	Qtde.	Capacidade (em litros)	Valor unitário	Valor Total
Caixa d'água	2	25.000	R\$ 377,11	R\$ 754,22
Reservatório	2	25.000	R\$ 377,11	R\$ 754,22
TOTAL COMARCA				R\$ 1.508,44

SÃO BERNARDO DO CAMPO				
Tipo	Qtde.	Capacidade (em litros)	Valor unitário	Valor Total
Caixa d'água	4	25.000	R\$ 377,11	R\$ 1.508,44
Caixa d'água	1	500	R\$ 58,93	R\$ 58,93
Reservatório	1	80.000	R\$ 377,11	R\$ 377,11
TOTAL COMARCA				R\$ 1.944,48

SÃO CAETANO DO SUL				
Tipo	Qtde.	Capacidade (em litros)	Valor unitário	Valor Total
Caixa d'água	2	26.400	R\$ 377,11	R\$ 754,22
Caixa d'água	2	500	R\$ 58,93	R\$ 117,86
Reservatório	1	30.000	R\$ 377,11	R\$ 377,11
TOTAL COMARCA				R\$ 1.249,19

SUZANO				
Tipo	Qtde.	Capacidade (em litros)	Valor unitário	Valor Total
Caixa d'água	6	1.000	R\$ 58,93	R\$ 353,58
Caixa d'água	1	15.600	R\$ 282,83	R\$ 282,83
Caixa d'água	1	500	R\$ 58,93	R\$ 58,93
TOTAL COMARCA				R\$ 695,34

TABOÃO DA SERRA				
Tipo	Qtde.	Capacidade (em litros)	Valor unitário	Valor Total
Reservatório	1	15.000	R\$ 282,83	R\$ 282,83
TOTAL COMARCA				R\$ 282,83

VARGEM GRANDE PAULISTA				
Tipo	Qtde.	Capacidade (em litros)	Valor unitário	Valor Total
Caixa d'água	1	30.000	R\$ 377,11	R\$ 377,11
TOTAL COMARCA				R\$ 377,11

VALOR TOTAL GERAL SEMESTRAL	R\$ 23.133,69
VALOR TOTAL GERAL 30 MESES	R\$ 115.668,45

Acrescente-se ainda que os custos apresentados neste estudo são meramente estimativos, competindo ao Setor de Pesquisa do Tribunal de Justiça apurar o preço referencial da contratação.

#### 14. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (Inc. VII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Prestação de serviços de limpeza e desinfecção de caixas d'água e reservatórios, com análise da potabilidade da água, em diversos prédios do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na 1ª Região Administrativa Judiciária.

Ao término da realização dos serviços em cada prédio, a empresa deverá apresentar ao Serviço de Administração o Certificado de Limpeza e Desinfecção das caixas d'água e/ou reservatórios, declarando que eles se encontram em condições higiênicas favoráveis para o recebimento da água potável fornecida pela SABESP.

No interstício de 5 (cinco) e 7 (sete) dias corridos após a realização dos serviços, a empresa deverá providenciar a análise de potabilidade da água, por meio de laboratório, com emissão de laudo, nos termos da legislação vigente.

A empresa deverá utilizar produtos, equipamentos, ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços e em quantidade suficiente, mantendo-os em bom estado de conservação.

A empresa deverá fornecer todos os equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC), de acordo com a legislação vigente, adequados tecnicamente aos riscos a que os trabalhadores estarão expostos, os quais deverão estar em perfeito estado de conservação, de modo a garantir totalmente a segurança do(a) empregado(a), bem como das pessoas ao redor.

No valor do contrato estarão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução dos serviços, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

A prestação do serviço não gera vínculo empregatício entre os(as) funcionários(as) da empresa e o Tribunal de Justiça, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

A empresa deverá apresentar seus empregados convenientemente uniformizados e/ou identificados (com crachás) durante a execução dos serviços.

**15. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO** (Inc. VIII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Nos termos do inciso I, parágrafo 3º, artigo 40 da lei 14.133/2021, o parcelamento não será adotado quando a **economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação** recomendar a compra do item do mesmo fornecedor.

Ainda de acordo com o mesmo texto, o parcelamento deve acontecer quando **for tecnicamente viável e economicamente vantajoso** (inciso V, artigo 40, b, e inciso II, artigo 47 da Lei 14.133/2021).

O critério adotado para composição das licitações de serviços de limpeza e desinfecção de caixas d'água e reservatórios respeitará a divisão do Estado de São Paulo em Regiões Administrativas Judiciárias (RAJ's), conforme a Resolução nº 560/2012, criadas com o objetivo de aprimorar a estrutura de organização judiciária e racionalizar os serviços públicos, em função da extensão territorial do Estado. Com base nesse princípio, busca-se alcançar eficiência administrativa, padronização de procedimentos, redução de custos e melhoria na fiscalização da execução do contrato.

Do ponto de vista econômico, as contratações que aglutinam mais de um prédio têm se mostrado vantajosas ao Tribunal de Justiça, seja pela redução de fluxo de processos nos diversos setores administrativos, seja pelo preço ofertado pelas participantes do certame no momento de elaborar a proposta, devidos ao ganho na **economia de escala**.

Da mesma forma, haverá economia com a presente contratação, uma vez que abrangerá 28 (vinte e oito) Comarcas, o que, por si só, representa uma economia efetiva de R\$ 648.569,16<sup>1</sup>, considerando o custo médio administrativo de um procedimento licitatório (R\$ 24.021,08)<sup>2</sup>.

Além da benesse financeira, referida aglutinação oferece outras vantagens intangíveis e primordiais à boa gestão pública, com **redução de custos da gestão do contrato**, quais sejam (i) melhor gerenciamento dos processos de trabalho e do relacionamento entre a empresa, gestão e a fiscalização da execução contratual; (ii) gestão única e padronizada da contratação; e (iii) redução da quantidade de contratos a gerenciar. Isso reflete na diminuição de expedientes tramitando nos setores

<sup>1</sup> Montante economizado com 27 (vinte e sete) procedimentos licitatórios.

<sup>2</sup> [Custo médio com licitação na Administração Pública.xlsx \(sharepoint.com\)](#)

competentes (área gestora, setor de contratos, setor de pesquisa de preço, assessoria jurídica, SOF, dentre outros).

Nesse sentido, resta demonstrado que o não parcelamento apresenta vantajosidade a este Tribunal de Justiça, tendo em vista **o ganho na economia de escala, redução de custos de gestão e maior vantagem na contratação**, e o seu parcelamento, por outro lado, reduzirá a eficiência do resultado que se espera com a contratação, além de dificultar a gestão com a pluralidade de contratos autônomos para atendimento da mesma pretensão contratual.

Além disso, as contratações anteriores foram conduzidas no mesmo formato, não havendo registro de possíveis prejuízos ao processo licitatório.

#### **16. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS** (Inc. IX, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Garantir a potabilidade da água para o consumo humano, em conformidade com as normas vigentes;

Assegurar condições sanitárias adequadas nos sistemas de armazenamento de água;

Preservar a vida útil dos reservatórios e caixas d'água, evitando deterioração e contaminação;

Prevenir a proliferação de microrganismos e a formação de sedimentos no interior dos reservatórios;

Reduzir riscos à saúde de servidores, colaboradores e usuários das instalações;

Possibilitar a redução dos preços diante do ganho com economia de escala proporcionado às empresas, além de gerar maior eficiência e vantagem no gerenciamento contratual, em razão das aglutinações promovidas.

#### **17. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A CONTRATAÇÃO** (Inc. X, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

As caixas d'água e reservatórios estão em funcionamento e não será necessária a adequação das instalações atuais, não havendo providências prévias a serem adotadas. Contudo, após a formalização do contrato e antes do início dos serviços, a área gestora e a equipe de fiscalização participarão de reunião para leitura do Termo Inicial, para esclarecimentos sobre as obrigações contratuais e para alinhamento da execução dos serviços juntamente com a empresa.

## **18. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES** (Inc. XI, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

Não se verifica contratações correlatas ou interdependentes relacionadas ao objeto que sejam viáveis à contratação.

## **19. IMPACTOS AMBIENTAIS** (Inc. XII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)

A execução dos serviços de limpeza e desinfecção de caixas d'água e reservatórios poderá gerar impactos ambientais pontuais, especialmente relacionados ao consumo de água e à geração de efluentes líquidos contendo resíduos de produtos saneantes.

Para mitigar esses impactos, deverão ser observadas as seguintes medidas:

- I. Adotar produtos e procedimentos ambientalmente adequados, priorizando o uso de saneantes biodegradáveis, devidamente registrados na ANVISA e conformes às normas da ABNT e da vigilância sanitária;
- II. Evitar o desperdício de água, adotando práticas de uso racional e controlado durante o processo de lavagem e enxágue dos reservatórios;
- III. Garantir que os efluentes gerados sejam descartados de forma ambientalmente adequada, preferencialmente em rede de esgoto sanitário, sem causar contaminação do solo ou cursos d'água;
- IV. Capacitar os(as) funcionários(as) sobre boas práticas ambientais, uso racional da água e manuseio responsável de produtos químicos;
- V. Assegurar que todo o processo siga as normas de segurança e meio ambiente, especialmente as resoluções do CONAMA e legislações municipais pertinentes.

Com isso, a presente contratação reforça os incisos II e III, do artigo 4º do Provimento CSM Nº 2.724/2023, os quais estabelecem que a gestão das contratações públicas deste Tribunal de Justiça tem por objetivo o aprimoramento do planejamento e o direcionamento das contratações para o desenvolvimento sustentável.

## **20. POSSIBILIDADE DE COMPRA OU DE LOCAÇÃO DE BENS** (art. 44, Lei 14.133/21)

Não aplicável.



**21. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO (art. 15, Lei 14.133/21)**

Em razão da natureza comum do serviço, sem características especiais ou necessidade de esforços operacionais para atender ao objeto, é possível a ampla participação de empresas e não há necessidade da instituição do consórcio nesta contratação.

**22. VISTORIA/VISITA TÉCNICA (§§ 2º, 3º e 4º, art. 63, Lei 14.133/21)**

A vistoria por parte das empresas licitantes será facultativa, podendo ser substituída por declaração formal assinada pelo(a) responsável da empresa acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, devendo a empresa assumir o ônus dos serviços decorrentes.

Caso opte por realizar a vistoria, a empresa licitante deverá fazer contato com as administrações dos prédios que serão atendidos pelo contrato, para fins de agendamento e acompanhamento de servidor(a) designado(a) para esse fim.

**23. PLANO DE RISCOS (inc. XIII, art. 2º, Provimento nº 2.724/2023)**

O Plano de Riscos da presente contratação foi elaborado e tratado no Protocolo Digital nº 2025/00137941, tendo sido devidamente homologado e aprovado, e encontra-se anexo a este Estudo Técnico Preliminar.

**24. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

<b>Unidade solicitante</b>	SAAB 2.2.1
<b>Secretaria/Diretoria responsável</b>	SAAB / SAAB 2
<b>Gestor de Planejamento</b>	Andréa Miyuki Noel – Coordenadora – SAAB 2.2
<b>Equipe de planejamento da contratação</b>	Luana Hopf Gomes Silva – Supervisora – SAAB 2.2.1 Daniel Viveiros de Oliveira – Chefe – SAAB 2.2.1.3 Sidney Alexandre Ferreira – Escrivente – SAAB 2.2.1.3

**25. AVALIAÇÃO CONCLUSIVA (Inc. XIII, § 1º, art. 18, Lei 14.133/21)**

Após a análise dos elementos técnicos, operacionais e administrativos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de

empresa especializada para execução dos serviços de limpeza e desinfecção de caixas d'água e reservatórios é necessária, adequada e vantajosa para o atendimento das demandas institucionais.

A medida visa assegurar a potabilidade da água para consumo humano, preservar a vida útil das instalações prediais e garantir condições sanitárias e ambientais adequadas nos prédios do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A quantidade a ser contratada está coerente com a demanda prevista, uma vez que foi realizada uma minuciosa coleta e ratificação dos dados com os(as) administradores(as) dos prédios.

A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável, tendo em vista a estimativa de melhores preços ofertados pelas licitantes devido a aglutinação de vários prédios em uma única contratação.

Por todo o exposto, os estudos preliminares evidenciam que a contratação da solução é notadamente possível, fundamentalmente necessária e atenderá os objetivos do Tribunal de Justiça, razão pela qual esta área gestora declara viável a contratação pretendida nos moldes propostos por meio de processo licitatório.

São Paulo, data registrada em sistema.

**Sidney Alexandre Ferreira**  
Escrevente – SAAB 2.2.1.3

**Daniel Viveiros de Oliveira**  
Chefe – SAAB 2.2.1.3

**Luana Hopf Gomes Silva**  
Supervisora - SAAB 2.2.1

**Andrea Miyuki Noel**  
Coordenadora – SAAB 2.2

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE